

PROGRAMAS ASSISTENCIAIS: IMPORTANTES FERRAMENTAS CONTRA A FOME DURANTE A PANDEMIA

Willy de Souza Santos ⁽¹⁾, Arthur Alves Negrão da Silva ⁽²⁾, Francini Xavier Rossetti ⁽²⁾, Gislene dos Anjos Tamasia ⁽²⁾

1- Bacharel em Nutrição no Centro Universitário do Vale do Ribeira, SP – UNIVR

2- Docentes no Centro Universitário do Vale do Ribeira, SP – UNIVR

RESUMO: Este artigo analisou alguns programas assistenciais que arrecadaram alimentos como ferramentas para mitigar os impactos econômicos e sociais da COVID-19 no Brasil que levaram muitas pessoas a situação de Fome. **OBJETIVOS:** Analisar o desempenho de programas assistenciais no combate a fome durante a pandemia provocada pela COVID-19. **MÉTODOS:** Foram levantadas e analisadas as quantidades arrecadadas assim como os valores transformados posteriormente em cestas básicas e/ou cartões de alimentação/refeição. Foi adotada uma metodologia quanti-qualidade análise. Na abordagem quantitativa, foram levantadas quantidades de alimentos em comparação ao número de pessoas necessitando dessas doações; na qualitativa, os programas assistenciais foram definidos e analisados. **RESULTADOS:** Os resultados revelaram o aumento de pessoas que passaram a conhecer a fome devido aos impactos da pandemia, tendo apenas o auxílio de programas sociais para conseguir acesso a comida digna e segura. Identificou-se que os programas sociais foram e continuam sendo estratégicos para o enfrentamento aos efeitos negativos da COVID-19, atuando no combate à fome e à miséria de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. Essas várias ferramentas contra a fome não só apresentam condições de operacionalização durante a pandemia da COVID-19, como tem se adaptado à realidade atual, seguindo protocolos estabelecidos pelas autoridades de saúde. **CONCLUSÃO:** Concluiu-se que os programas assistenciais podem auxiliar a minimizar a crise econômica, principalmente para a população mais vulnerável, apresentando ações que vão ao encontro das demandas da sociedade civil organizada e de recomendações de organismos nacionais e internacionais especializados, visando à redução dos impactos econômicos e sociais da pandemia causada pelo novo Coronavírus.

Descritores: fome, desperdício de alimentos, alimentos, COVID-19, pandemia, insegurança alimentar.

AID PROGRAMS: IMPORTANT TOOLS AGAINST HUNGER DURING THE PANDEMIC

ABSTRACT: This article analyzed some welfare programs that collected food as tools to mitigate the economic and social impacts of COVID-19 in Brazil that drove many people to a situation of Hunger.

OBJECTIVES: Analyze the performance of welfare programs in fighting hunger during the pandemic caused by COVID-19. **METHODS:** The quantities collected and the amounts later transformed into food baskets and/or food/meal cards were surveyed and analyzed. Adopting quantitative-qualitative analysis.

In the quantitative approach, quantities of food were surveyed in comparison to the number of people in need of these donations; in the qualitative approach, the assistance programs were defined and analyzed.

RESULTS: The results revealed an increase in the number of people who became hungry due to the impacts of the pandemic, having only the help of social programs to get access to decent and safe food. It was identified that social programs have been and continue to be strategic in confronting the negative effects of COVID-19, acting to fight hunger and poverty of families living in vulnerable situations. These various tools against hunger have not only been operational during the pandemic of COVID-19, but have also adapted to the current reality, following protocols established by health authorities. **CONCLUSION:** It was concluded that the assistance programs can help minimize the economic crisis, especially for the most vulnerable population, presenting actions that meet the demands of the organized civil society and the recommendations of specialized national and international organizations, aiming to reduce the economic and social impacts of the pandemic caused by the new coronavirus.

Key-words: hunger, food waste, food, COVID-19, pandemic, food insecurity.

INTRODUÇÃO

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), foi aprovada em 1993 pelo então governo de Fernando Henrique Cardoso. O governo utilizou-se assim de “parcerias” com a sociedade civil, com uma perspectiva de unir esforços, onde todos são responsáveis e chamados a contribuir com o “enfrentamento da pobreza”. Ações centradas em programas emergenciais/assistenciais, com apelo de retirar a responsabilidade do Estado, foi a marca registrada do governo da época. Essa desresponsabilização do Estado caracterizou-se pela sua retirada contínua da execução dos serviços sociais, deixando-se por conta do setor privado e/ou público-privado, como as ONGS, transferindo recursos e atribuições que seriam restritas à estrutura público-estatal para estes segmentos da sociedade (SILVA e SILVA, 2007).

Algumas iniciativas como os Bancos de Alimentos (BA) passaram a existir no Brasil em meados da década de 1990, com a primeira iniciativa implantada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), na cidade de São Paulo. Já a primeira gestão governamental de um banco de alimento foi acontecer apenas em 2000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo. A partir de 2003, os BA passaram a integrar a agenda governamental de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio do Programa Banco de Alimentos (PBA) e, assim, compor o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), contribuindo para a articulação de circuitos alimentares locais e regionais e para a formação de sistemas públicos de abastecimento, dentre esses estão relacionados todos e quaisquer programas sociais que trabalham na arrecadação e doação de alimento para a população (Belik e Costa, 2012).

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 821 milhões de pessoas passam fome no mundo (SOFI/FAO, 2019). No Brasil, segundo dados PNAD/IBGE 2020, há cerca de 14 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza que passam fome ou estão em situação de insegurança alimentar.

Diante da pandemia causada pelo novo Coronavírus, alguns países estão tentando reduzir o impacto negativo na economia e minimizar os danos aos grupos que vivem em condições sociais mais vulneráveis. A desaceleração social e econômica causada pela pandemia resultou no fechamento de restaurantes, na suspensão das aulas em escolas públicas e privadas, no enfraquecimento dos trabalhadores informais, no aumento das demissões e na redução da capacidade de entrega de alimentos às pessoas. Tais realidades tiveram impacto direto no aumento da vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional (Insan) (PNAD/IBGE 2020).

Nesse período de pandemia, quase 9 milhões de brasileiros e brasileiras passaram a ter a experiência da fome em seu dia a dia, sendo as regiões Nordeste e Norte as mais afetadas pela fome (SOFI/FAO, 2019).

Diante do exposto, o objetivo desse estudo é analisar os programas assistenciais que arrecadaram alimentos como ferramentas para mitigar os impactos econômicos e sociais da COVID-19 no Brasil que levaram muitas pessoas a situação de Fome.

METODOLOGIA

Foram selecionadas publicações entre os anos de 2019 e 2021 pertinentes com o tema da pesquisa, em base de dados SCIELO e GOOGLE ACADEMICO, e com a leitura dos mesmos foi possível estabelecer os parâmetros dos dados publicados, onde verificou-se a importância dos programas

assistenciais para a população de baixa renda e/ou instituições de caridade, durante o período da pandemia da COVID-19, bem como as quantidades arrecadadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pandemia

O vírus SARS-CoV-2 é o patógeno causador da doença COVID-19. Sendo detectado pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. No dia 30 de janeiro a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou a epidemia uma emergência internacional. No Brasil, no final de fevereiro, no estado de São Paulo, foi confirmado o primeiro caso. Em março o país registrou o primeiro óbito por COVID-19 e passou a adotar uma série de medidas sanitárias para tentar frear a transmissão do vírus (BRASIL, 2020).

Como forma de conter a transmissão foram descritas algumas medidas sanitárias pela OMS, sendo a principalmente delas a utilização de máscaras, o uso de álcool 70% e a lavagem das mãos sempre que possível. A máscara possui a finalidade de frear a transmissão que ocorre por aerossóis, que são gotículas que permanecem suspensas no ar, e podem conter o agente infeccioso capaz de causara transmissão comunitária (OPAS, 2020).

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a disseminação do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) como uma pandemia, também conhecida como pandemia da Covid-19. A transmissão do vírus se espalhou rapidamente por todos os continentes.

No dia 15 de março de 2022, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) atualizou os números sobre a pandemia no Brasil. Segundo esses últimos dados, o país apresentava 29.432.157 casos confirmados e 655.585 mortes pela Covid-19.

Com esses números, o país segue como o segundo com maior número de óbitos e o terceiro em infectados pelo novo Coronavírus no mundo, de acordo com a Universidade Johns Hopkins e os dados do Worldometers. O Brasil é um dos líderes em acréscimos de mortes diárias e casos mundiais.

A pandemia fez com que houvesse uma organização de vários formatos de canais de venda direto entre o produtor para o consumidor, seja por meio de pedidos por redes sociais, aplicativos, delivery ou outras plataformas, Gustavo Porpino analista e pesquisador da Embrapa diz que: “Em linhas gerais, os consumidores estão mais atentos ao desperdício, e há intenção de adotar dietas mais saudáveis e sustentáveis” (OBA, 2021).

Fome no Brasil

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no Brasil, está definido no Artigo 3.º, da Lei 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. De um modo geral, ele deve garantir o direito das pessoas ao acesso constante e efetivo a alimentos de qualidade, cuja quantidade seja suficiente, de modo que não comprometa o acesso a outras necessidades essenciais (BRASIL, 2006).

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 foi realizado em 2.180 domicílios nas cinco regiões do país, em áreas urbanas e rurais, no período de 5 a 24 de dezembro de 2020. Os resultados concluíram que nos três meses anteriores à coleta de dados, apenas 44,8% dos lares possuíam pessoas em situação de segurança alimentar. Com isso em 55,2% dos domicílios os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). A pandemia da covid-19 no Brasil entre os anos de 2020 e 2021 atingiu números incríveis de 19 milhões de brasileiros passando fome no seu dia a dia (VIGISAN, 2021). Em números absolutos: no período abrangido pela pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave). É um cenário que não deixa dúvidas de que a combinação das crises econômica, política e sanitária provocou uma imensa redução da segurança alimentar em todo o Brasil (VIGISAN, 2021).

Baseado na pesquisa VIGISAN 2021, ficou constatado que a insegurança alimentar teve um aumento em todo país, porém as desigualdades regionais continuaram acentuadas. No período de 2018 a 2020, o aumento da fome foi de 27,6%, em apenas dois anos e o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave teve um salto de 10,3 milhões para 19,1 milhões.

Falando em regiões do país, o índice de insegurança alimentar esteve acima dos 60% na região norte e dos 70% na região nordeste, em face ao percentual nacional que é de 55,2%. Já a insegurança alimentar grave (a fome), que afetou 9,0% da população brasileira como um todo, esteve presente em 18,1% dos lares do Norte e em 13,8% do Nordeste (VIGISAN, 2021).

A fome na região nordeste apresentou o maior número de pessoas em atingidas pela falta de acesso a alimentos, chegando a quase 7,7 milhões de pessoas. Já na região norte, que possui apenas 7,5% dos habitantes do Brasil, 14,9% era a porcentagem correspondente de pessoas com fome no país no período. Algumas populações que são comumente encontradas em condição de pobreza, como as rurais, quilombolas, indígenas ou ribeirinhos(as), tem um reflexo importante nas condições de segurança

alimentar. Nessas populações por todo o país, a fome se mostrou uma realidade em 12% dos domicílios (VIGISAN, 2021).

A última pesquisa realizada do POF 2017-18, revelou que 36,7% dos domicílios brasileiros apresentaram algum grau de insegurança alimentar. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil constatou que essa situação teve agravantes preocupantes com a pandemia, atingindo 55,2% dos domicílios com algum grau de insegurança alimentar, sendo 9% em situação de insegurança alimentar grave, chegando a 12% na área rural (VIGISAN, 2021).

A insegurança alimentar não é apenas fome

O principal indicador usado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para monitorar o progresso da erradicação da fome é a prevalência de subnutrição. As taxas de insegurança alimentar foram incluídas nesta avaliação pela primeira vez como um indicador adicional de fome. Esse parâmetro oferece uma perspectiva que pode orientar ações para garantir que todos tenham acesso a uma alimentação nutritiva e adequada. Pessoas com insegurança alimentar moderada enfrentam incerteza sobre sua capacidade de obter alimentos e foram forçadas a reduzir a qualidade e/ou quantidade de alimentos que consomem ao longo de um ano devido à falta de dinheiro ou outros recursos. Esta ruptura dos hábitos alimentares normais pode ter consequências negativas para a nutrição, saúde e bem-estar (OBA, 2020).

No mundo cerca de 2 bilhões de pessoas se encontram em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, 9,2% da população mundial, mais ou menos 700 milhões de pessoas, foram expostas a níveis de insegurança alimentar grave no ano de 2018, implicando em reduções na quantidade de alimentos consumidos na medida em que tenham passado fome. No Brasil cerca de 117 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar. Fazendo uma análise mais aprofundada da extensão da insegurança alimentar os dados revelam que 17,2% da população mundial aproximadamente 1,3 bilhão de pessoas, esteve em insegurança alimentar em níveis moderados, atestando que estas pessoas ficaram sem acesso regular a alimentos nutritivos e suficientes. A junção de insegurança alimentar moderada e grave aumenta o total estimado para 26,4% da população mundial, totalizando cerca de 2 bilhões de pessoas (OBA, 2020).

Pobreza no Brasil

Bem antes da pandemia do novo Coronavírus estourar no Brasil, milhões de brasileiros estavam lutando contra os altos índices de desempregos que já assolava o país, assim como sem emprego não teria como colocar comida na mesa e ter qualidade de vida. Com a chegada da pandemia, os números do

desemprego pelo país aumentaram mais ainda, levando mais e mais pessoas a conhecer inevitavelmente a pobreza e extrema pobreza (OBA, 2020).

De acordo com o estudo do economista Daniel Duque feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) entre o primeiro trimestre de 2019 e janeiro de 2021, houve um aumento no percentual da população pobre em 24 dos 27 estados brasileiros, esse crescimento passou de 25,2% para 29,5% no Brasil todo. No estado de São Paulo teve um aumento de 13,8% no ano de 2019 para 19,7% em 2021. O maior aumento aconteceu no Distrito federal, curiosamente a sede do governo, passando de 12,9% em 2019 para 20,8% em 2021. Estes cálculos tiveram como base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua e da PNAD Covid-19, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2020)

Os dados sobre a parcela da população em pobreza extrema, também apresentou um exponencial aumento, sendo registrado em 18 dos 26 estados do país e o distrito federal, levando em consideração a renda per capita de cerca de R\$ 160 por mês. Em percentual o brasileiro em pobreza extrema passou de 6,1% no primeiro trimestre de 2019 para 9,6% em janeiro de 2021, cerca de 20,4 milhões de pessoas. Esses níveis foram atingidos em maior parte na região nordeste e sudeste, principalmente nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com o Censo da População em Situação de Rua, realizado pela prefeitura de São Paulo entre outubro e dezembro de 2021. A maior cidade do país, teve um aumento de 31% na quantidade de moradores nas ruas durante a pandemia, culminando em 31.884 pessoas sem-teto na cidade, no final de 2021; são 7.540 a mais do que o registrado em 2019, quando eram 24.344 nessa situação. Dentre os motivos indicados pelos entrevistados para estarem em situação de rua estão os conflitos familiares (34,7%), a dependência de álcool e outras drogas (29,5%) e a perda de trabalho/renda (28,4%) (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMADS, 2022).

A ineficácia de políticas públicas

As políticas públicas voltadas para o enfrentamento da fome, e do combate ao desperdício de alimentos, sempre obteve pouca ou nenhuma relevância de resultados. Com a pandemia da Covid-19 isto se mostrou mais alarmante ainda. Dentro do governo Lula onde foi conseguido um sucesso da garantia do direito humano à alimentação adequada, alcançado até 2013, foi progressivamente revertido a partir de 2014, e ganhou impulso negativo maior com o início da pandemia da Covid-19 (OXFAM, 2020).

A alta da fome ocasionada pela pandemia, não foi apenas e exclusivamente causada pelo vírus, e sim pelo fato de políticas escolhidas pela negação e pela falta de medidas eficazes para proteção social. A

venda direta entre produtor e consumidor foi mais procurada e precisou ser repaginada, seja por meio de pedidos por redes sociais ou outras plataformas (VIGISAN, 2021).

Desperdício de alimentos versus fome

Freire Junior & Soares (2017) trazem a definição do desperdício como aquele que ocorre quando alimentos que não estão estragados, ou seja, ainda estariam aptos para o consumo, são desprezados apenas por estarem com uma aparência desagradável, por serem considerados feios, deformados ou fora do padrão. Muitas dessas perdas acontecem dentro da casa dos consumidores. Dentre os principais fatores relacionados as perdas dentro dos lares familiares estão: compra em demasido dos alimentos sem o devido planejamento das refeições em que serão utilizados, armazenamento de forma incorreta, preparo de quantidade de comida maior do que será consumida e colocar no prato porções além do que será possível comer durante as refeições.

Em outras palavras, a perda ou desperdício de alimentos consiste na diminuição da quantidade ou qualidade dos mesmos durante a sua cadeia de produção. No Brasil cerca de 27 milhões de toneladas de alimentos foram desperdiçadas 2019. A perda desses alimentos acontece ao longo da cadeia, começando na colheita até a distribuição para o varejo. Já o desperdício ocorre nos níveis de varejo e consumo. Juntos eles somam 1/3 de todos os alimentos produzidos no mundo que não alimentam alguém, anualmente 41.6 kg de comida são desperdiçadas por cada brasileiro (OBA, 2020).

Não são feitos levantamentos referentes as quantidades, os motivos pelo qual foi gerada as perdas, o destino dos alimentos que não são considerados mais consumíveis e que são retirados das redes de abastecimentos, em muitos países, cidades, entidades, indústrias entre outros. Isto faz com que as medidas que seriam tomadas para evitar as perdas, bem como a criação de métodos eficazes não ocorra. Fazer a gestão de dados não mensurados torna-se uma adversidade, além de, quando não há consistência nestas definições ou relatórios contábeis pertinentes, a equiparação de dados interiormente ou acerca das instituições durante o tempo e para que seja provável a formulação de conclusões, é dificultada (WORLD RESOURCES INSTITUTE, 2017).

O desperdícios de alimentos é amplamente discutido e tem uma enorme relevância e abrangência mundial, culminando em compromissos assumidos entre diversos países delimitando marcos estratégicos internacionais, um exemplo é o Acordo de Paris, firmado na 21.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Agenda 2030 e o Plano da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos para a Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome 2025 (CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017).

Entre as estratégias citadas, destaca-se a Agenda 2030, no ano de 2015 diversos chefes de Estado, de Governo, e altos membros da Organização das Nações Unidas definiram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS, no qual é proposta uma atuação mundial, promovida por governos, empresas, instituições de ensino e a sociedade civil, para atingir os 17 objetivos e suas respectivas 169 metas, que visam a erradicar a pobreza e proporcionar uma vida digna para todos (BRASIL, 2017).

Com o ideal de coordenar ações voltadas a prevenção e redução das perdas e do desperdício de alimentos no Brasil, foi lançada ao final de 2017 a Estratégia Intersetorial Para a Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil, através de uma gestão integrada entre os setores governamentais e sociais, na mesma linha de raciocínio da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Uma ferramenta que consiste em possibilitar uma busca abrangente com o intuito de identificar pontos críticos, causas e possíveis soluções para as perdas e os desperdícios em diversos níveis, assim como grau de intervenção, determinando um plano de ação que englobe diferentes atores (CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017).

Lei Nº 14.016, de 23 de junho de 2020

Em 23 de junho de 2020, foi sancionada a lei que trata sobre o combate ao desperdício de alimentos e incentiva restaurantes, supermercados e empresas a doarem de excedentes de alimentos para o consumo humano seguindo os seguintes critérios:

- Estejam dentro do prazo de validade e nas condições de conservação especificadas pelo fabricante, quando aplicáveis;
- Não tenham comprometidas sua integridade e a segurança sanitária, mesmo que haja danos à sua embalagem;
- Tenham mantidas suas propriedades nutricionais e a segurança sanitária, ainda que tenham sofrido dano parcial ou apresentem aspecto comercialmente indesejável;

A lei abrange empresas, hospitais, supermercados, cooperativas, restaurantes, lanchonetes e todos os demais estabelecimentos que forneçam alimentos preparados prontos para o consumo de trabalhadores, de empregados, de colaboradores, de parceiros, de pacientes e de clientes em geral. A doação poderá ser feita diretamente, em colaboração com o poder público, ou por meio de bancos de alimentos, de outras entidades beneficentes de assistência social certificadas na forma da lei ou de entidades religiosas. A doação será realizada de modo gratuito, sem a incidência de qualquer encargo que a torne onerosa. Os

beneficiários da doação serão pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade ou de risco alimentar ou nutricional.

Programas Sociais que arrecadam e doam alimentos

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio de uma declaração conjunta, orientaram que países devem pautar suas ações na diminuição de impactos negativos no suprimento de alimentos, conter a fragilização do comércio e promover segurança alimentar diante da pandemia causada pelo novo Coronavírus (FAO,2020). Segue abaixo os programas sociais que arrecadam e doam alimentos para minimizar esses impactos.

Mesa Brasil Nacional

O programa assistencial Mesa Brasil Sesc, teve seu início em 1994 no estado de São Paulo e depois expandiu-se por todo território nacional como uma sólida rede de solidariedade, com 91 unidades operando em mais de 500 municípios, 614 colaboradores diretos, cerca de 3 mil doadores e outras 6 mil entidades atendidas sistematicamente, por meio das quais complementam todos os meses as refeições de 1,4 milhão de pessoas (SESC, 2021).

O Mesa Brasil Sesc como todo programa e projeto da instituição, tem um apelo forte no caráter educacional alinhado à missão do Sesc. Com isso desenvolve-se estratégias de mobilização de voluntários e de promoção de ações educativas voltadas as partes que recebem os alimentos e que contribuem para a segurança alimentar e nutricional do público atendido e para o fortalecimento da rede sócio assistencial parceira (SESC, 2021).

ONG Banco de Alimentos

Atuando no estado de São Paulo desde 1998, pela economista e empreendedora social, Luciana Chinaglia Quintão, a ONG Banco de Alimentos é uma associação civil sem fins lucrativos que atua no combate à fome e ao desperdício de alimentos (OBA, 2021).

Com a simples proposta de coletar o alimento onde sobra para entregar onde falta, a organização possui parceria entre diversas empresas como mercados, indústrias alimentícias e muitos outros doadores e apoiadores, além de contar com uma estrutura de transporte e esforços diários de logística para distribuir alimento às pessoas em situação de vulnerabilidade da Região Metropolitana de São Paulo - SP (OBA, 2021).

Ação da Cidadania - (Ação contra o Corona + Natal sem fome + Brasil sem fome)

Fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania nasceu em 1993, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Ipea, estavam abaixo da linha da pobreza. Criada no auge do Movimento pela Ética na Política, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida se transformou no movimento social mais reconhecido do Brasil. Seu principal eixo de atuação é uma extensa rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada, em sua maioria compostos por lideranças comunitárias, mas com participação de todos os setores sociais e assistenciais (AÇÃO DA CIDADANIA, 2021).

Tem gente com Fome

Esta campanha faz parte do fundo de ações emergenciais para enfrentamento à fome, à miséria e à violência. Coordenada pela Coalizão Negra por Direitos, Anistia Internacional, Oxfam Brasil, Redes da Maré, 342 Artes, ABCD - Ação Brasileira de Combate às Desigualdades, Nossas Rede de Ativismo. A campanha contou com mais de 200 organizações de vários movimentos sociais, religiosos, educativos e comunitários juntando-se em uma corrente de solidariedade para arrecadar alimentos, produtos de higiene, máscaras e recursos financeiros para enfrentar a fome. Por meio da atuação permanente nos territórios onde as organizações da Coalizão já desenvolve ações concretas buscou-se estimular a formação de mutirões de solidariedade, grupos de pessoas dispostas a atuar na entrega das cestas básicas, EPI e material de higiene, na organização e acompanhamento das famílias, para levar idosos para vacinação, mobilização para defesa e conscientização sobre lockdown, e mobilização para incidência política local junto aos poderes constituídos, poderes públicos e instituições locais (CND, 2021).

A tabela I caracteriza as arrecadações de alimentos de programas sociais voltados a arrecadação de alimentos para doação e de algumas iniciativas realizadas durante a pandemia. Observa-se a diferença entre a quantidade de alimentos arrecadados, bem como a quantidade de pessoas atendidas por tais programas.

Tabela 1: Quantidade de alimentos arrecadados nos anos 2020, 2021 em comparação com a arrecadação do ano pré-pandemia, 2019.

Tipo de organização	Ano	Quantidade de alimentos arrecadado	População total atendida
ONG	2019	472.678	278.748 mil pessoas

Banco de Alimentos	2020	1.080.000	336.231 mil pessoas	Fonte: Vigisan, 2021 – Adaptada pelo autor.
Brasil	2021	2.998.459	686.424 mil pessoas	
	2019	40 milhões	1,5 milhões de pessoas	
Mesa Brasil Nacional	2020	50 milhões	3,0 milhões de pessoas	
	2021	52 milhões de alimentos	37,2 milhões de pessoas	
Ação da Cidadania (Ação contra o Corona + Natal sem fome + Brasil sem fome)	2020/2021	29.200kg milhões	11.680 milhões de pessoas	
Tem gente com fome	Doação em dinheiro, buscando-se atingir a meta de R\$133 milhões de reais para o atendimento de todas as famílias.		222.895 famílias	

CONCLUSÃO

A fome infelizmente está presente em vários países. As constantes mudanças nas leis e normas tem ajudado a diminuir os números de pessoas atingidas, mas mesmo com os vários avanços da ciência muitas são acometidas pela fome. No Brasil até o começo dos anos 2000 estávamos no mapa da fome, com o intuito de retirar o país desta lista, o governo eleito no ano de 2004 criou um dos programas que mais contribuiriam para a diminuição desta triste marca, o Fome Zero. Conseguimos sair do mapa da fome e a desigualdade teve baixos índices.

Cabe destacar o papel indutor que a sociedade civil e as instituições de controle social têm desempenhado nas políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Iniciativas para fornecer alimentos e refeições emergenciais a comunidades carentes e periferias dos centros urbanos, por meio da solidariedade entre iguais. Uma voz, mais uma vez, deliberada em defesa do fortalecimento de programas estratégicos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e equipamentos públicos como bancos de alimentos e restaurantes informais, com vistas a direito à alimentação adequada durante a COVID19.

Com a pandemia, grande parte da população sofreu com a perda de empregos, mudanças no estilo de vida, e acesso a alimentos de qualidade e seguros dentro dos parâmetros nutricionais. A solidariedade se fez presente em muitos momentos da pandemia, seja através de doações diretas para pessoas necessitadas ou para instituições de caridade, quanto compartilhando informações de pontos de arrecadação, eventos destinados a arrecadar alimentos e em alguns casos produtos de higiene para quem precisasse. Dentro deste contexto o governo liberou apenas 1 lei que facilitava a questão de doação de alimentos pelos restaurantes e estabelecimentos que produzem refeições. É imprescindível que políticas públicas efetivas contra a fome e o desperdício de alimentos sejam trabalhadas, colocadas em práticas e fiscalizadas, sendo o Brasil um dos maiores produtores agrícolas do país e que figura sempre entre os dez maiores produtores de carne. A falta de empenho dos governantes no combate a fome durante a pandemia é notável e palpável, sem as iniciativas dos programas assistenciais, programas particulares ou qualquer outra iniciativa privada muitas pessoas ainda estariam passando fome e muitas outras poderiam ter sido atravessadas por essa triste realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Comitê Rio da Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida. Ação pela Cidadania. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>

Acesso em: 02 mar. 2022.

Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências (Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010). Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm Acesso em 10 mar. 2022

Brasil. Lei Nº 14.016, de 23 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14016.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20combate%20ao,alimentos%20para%20o%20consumo%20humano. Acesso em: 19 fev. 2022

Brasil. (2017). Relatório nacional voluntário sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável. Brasília. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf
Acesso em: 30 mar. 2022

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Boletim Epidemiológico. Saúde define critérios de distanciamento social. Brasília, DF; 06/04/2020. Disponível em <https://www.agenciabrasil.ebc.com.br>
Acesso em: 01 abril 2022.

Belik W, Cunha ARAA, Costa LA. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Planejamento e Políticas públicas. 2012;(38):107-132.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. (2017). Estratégia intersetorial para a redução de perdas e desperdício de alimentos no Brasil. Brasília. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PDA.pdf Acesso em: 29 mar. 2022

Coalizão negra por direitos. Tem gente com fome (2021). Disponível em: <https://www.temgentecomfome.com.br/#block-36194> Acesso em: 01 mar. 2022.

Silva e Silva, Maria Ozanira. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Freire Junior, M., & Soares, A. G. (2017). Redução do desperdício de alimentos. Embrapa. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164602/1/Foler-CGPE-13931.pdf> Acesso em: 01 abril 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento [Internet]. 2020. Rio de Janeiro: IBGE; 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf> Acesso em: 15 mar. 2022

Opas. Transmissão do SARS-CoV-2: implicações para as precauções de prevenção de infecção. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52472/OPASWBRACOVID-1920089_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 12 abril 2022.

Organização de Banco de Alimentos. Relatório de atividades 2021. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bancodealimentos.org.br/wp-content/uploads/2022/04/OBA-Relatorio-de-atividades-2021.pdf> Acesso em: 10 mar. 2022

Organização de Banco de Alimentos. Relatório de atividades 2020. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bancodealimentos.org.br/wp-content/uploads/2021/12/OBA-relatorio-de-atividades-2020.pdf> Acesso em: 05 mar. 2022

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. (2020). Q&A: Covid-19 pandemic impact on food and agriculture. Disponível em: www.fao.org Acesso em: 18 mar.2022

Oxfam Brasil. O vírus da fome: como o Coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. Julho (2020). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/> Acesso em: 06 mar. 2022.

Vigisan. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2021

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Censo da População em Situação de Rua 2021. São Paulo, jan. 2022. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos> Acesso em: 30 mar. 2022.

Sesc. Departamento Nacional. Relatório de atividades 2020: ações do Mesa Brasil Sesc para mitigar os impactos sociais da pandemia da Covid-19 / Sesc, Departamento Nacional. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2021. Disponível em: <https://www2.sesc.com.br/portal/site/mesabrasilsesc/publicacoes/relatorio+de+atividades+2020> Acesso em: 05 mar. 2022.

World Resources Institute – WRI. (2017). Annual Meeting 2018: Forum Foundations Report. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/world-economic-forum-annual-meeting-2018-forum-foundations-report> Acesso em: 31 mar. 2022